

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) como instrumento de política externa e projeção de poder do Brasil no século XXI.¹

The Community of Portuguese-speaking Countries (CPLP) as an instrument of Brazil's foreign policy and power projection in the 21st century

Gabriel Inácio Dias Ferreira²

RESUMO: Este artigo explora o papel da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) como instrumento de política externa e projeção de poder do Brasil no século XXI. Para que se atinja o objetivo geral o artigo também examina a relevância da CPLP na política externa brasileira, bem como a atuação brasileira na organização, enfatizando sua importância em termos de governança regional, liderança e cooperação Sul-Sul. Além disso, discute a estabilidade do compromisso do Brasil com a Comunidade em diferentes governos, incluindo períodos de menor atenção à cooperação com países em desenvolvimento. O trabalho é construído a partir da revisão bibliográfica de materiais acadêmicos, relatórios e discursos oficiais, além de contribuições de embaixadores brasileiros. O artigo conclui ressaltando como o Brasil alinha seus interesses nacionais aos princípios da organização, projetando seu poder e influência internacional por meio de projetos de cooperação técnica e se valendo do apoio dos países receptores em candidaturas brasileiras em fóruns multilaterais. Em suma, o artigo argumenta que a CPLP se enquadra como uma plataforma estratégica para o Brasil promover sua influência no sistema internacional e principalmente no sul global.

Palavras-chave: CPLP; Política Externa Brasileira; Cooperação Sul-Sul; Comunidade Lusófona.

Abstract: This article explores the role of the Community of Portuguese Language Countries (CPLP) as an instrument of Brazil's foreign policy and power projection in the 21st century. In order to achieve the overall objective, the article also examines the relevance of CPLP in Brazilian foreign policy, as well as Brazil's involvement in the organization, emphasizing its importance in terms of regional governance, leadership, and South-South cooperation. Furthermore, it discusses the stability of Brazil's commitment to the Community under different governments, including periods of less attention to cooperation with developing countries. The work is based on a literature review of academic materials, reports, official speeches, and contributions from Brazilian ambassadors. The article concludes by highlighting how Brazil aligns its national interests with the organization's principles, projecting its power and international influence through technical cooperation projects and leveraging the support of recipient countries in Brazilian candidatures in multilateral forums. In summary, the article argues that CPLP serves as a strategic platform for Brazil to promote its influence in the international system, particularly in the global south.

Key-words: CPLP; Brazilian Foreign Policy; South-South Cooperation; Lusophone Community.

¹ Artigo apresentado como trabalho de conclusão de curso para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia e orientado pela professora Dra. Sandra Aparecida Cardozo.

² Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia.

1. INTRODUÇÃO

A partir de interesses políticos somados a concepções de origens várias em prol da materialização do espaço lusófono, é criada a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a CPLP, em julho de 1996. Entre os principais objetivos da Comunidade, em síntese, estão: a concertação político-diplomática, a cooperação em vários domínios e a promoção e difusão da língua portuguesa.

Para que se entenda o contexto de criação da CPLP é necessário compreender o contexto do sistema internacional do pós-Segunda Guerra Mundial, momento em que se iniciou o processo de independência e consequentemente de descolonização das colônias africanas e asiáticas. Neste período, iniciou-se também a constituição de blocos econômicos regionais, os quais, juntamente com a Organização Mundial do Comércio (OMC) colaboravam para a redução de barreiras comerciais (MOTA, 2009).

Além disso, outra mudança significativa foi a transição de discurso de conflitos ideológicos Leste-Oeste para a fundamentação da divisão do mundo entre Norte e Sul. Nesse sentido, um órgão como a CPLP poderia se enquadrar como uma importante ferramenta de inserção dos países do sul global nas agendas e foros de discussões mundiais (MOTA, 2009).

No Brasil, os modelos de política externa empreendidos no pós-Guerra Fria que configuraram a tônica do papel do país nas relações internacionais foram: a autonomia pela integração, em busca de credibilidade internacional (FHC) e diversificação de parceiros/coalizões (Lula) (GIMENEZ, 2018, p. 173-174). Assim sendo, os contextos brasileiro e internacional propiciaram a concretização da criação da CPLP.

A partir do contexto exposto, propõe-se que, apesar de a comunidade se autointitular um “foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação”, a entidade pode ser percebida como uma esfera de oportunidade para a projeção de poder por parte do Brasil na atualidade, o qual pauta sua participação em ideais políticos em conformidade com a sua agenda de política externa. Nesse sentido, o país se valeria da premissa de uma lusofonia compartilhada para estreitar laços políticos, aumentar sua projeção internacional e se fortalecer sobretudo nos foros multilaterais.

O presente trabalho buscará entender como a participação brasileira na CPLP pode ser entendida como instrumento de política externa e projeção de poder do Brasil no século XXI.

O primeiro tópico traz um breve histórico da formação da CPLP e explica a estrutura organizacional da comunidade com o objetivo de compreender seu processo de formação, bem como a dinâmica interna da organização; o segundo, intitulado “A CPLP na Política Externa Brasileira”, analisará a relevância atribuída à CPLP na política externa dos governos compreendidos entre a gestão Fernando Henrique Cardoso e a de Jair Bolsonaro; no terceiro tópico, intitulado “A atuação Brasileira na Comunidade”, será explorada a atuação brasileira dentro da CPLP, com questões como financiamento, iniciativas diplomáticas, ações de cooperação empreendidas pelo Brasil e alinhamento dos objetivos da organização com os interesses brasileiros; o quarto tópico, “CPLP e projeção de poder brasileiro”, explora a potencialidade da participação do Brasil como forma de credenciamento do país como ator relevante na cooperação sul-sul e como forma de projeção de poder a partir do fortalecimento de sua influência e presença no sistema internacional. A análise da CPLP na PEB será realizada entre as gestões FHC e Bolsonaro, dado o pouco tempo de governo de Lula em seu terceiro mandato (2023 -2026), entretanto, serão considerados alguns aspectos já em evidência nesta gestão, permitindo análises importantes na quarta seção do artigo.

O trabalho utilizará a revisão bibliográfica e documental como método de abordagem, em que serão empregados trabalhos acadêmicos especializados em Política Externa Brasileira e relatórios de instituições relevantes ao tema, além de se valer da contribuição de embaixadores brasileiros como Irene Gala, Iglesias Puente e Brêtas Bastos. A pesquisa terá caráter descritivo-explicativo, e com o método hipotético-dedutivo se buscará trazer atualidade ao tema, tendo em vista que a relação do Brasil com os países que compartilham a mesma herança colonial é pouco explorada dentro das Relações Internacionais, ao passo que é de grande relevância ao país e à comunidade lusófona como um todo.

2. A CPLP

Em 17 de junho de 1996, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) nasceu como um foro privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre seus membros (CPLP, s.d.). Apesar de mais significativa, a criação da organização é produto de uma sucessão de ideias e acordos prévios.

De acordo com Santos (2001), a ideia inicial da formação de uma comunidade nesses moldes remonta ao século XIX, quando D. João VI criou a Comunidade Luso-Brasileira que buscava vincular Portugal a suas colônias e ao recém Estado independente, Brasil. Essa vontade

foi reafirmada quando a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta entre Brasil e Portugal foi feita em 1954, no governo de Juscelino Kubitschek. Tal intenção pode ser observada como Decreto Legislativo nº 59, conforme trecho do documento a seguir:

Conscientes das atitudes espirituais, morais, étnicas e lingüísticas que, após mais de três séculos de história comum, continuam a ligar a Nação Brasileira à Nação Portuguesa, do que resulta uma situação especialíssima para os interesses recíprocos dos dois povos, e animados do desejo de consagrar, em solene instrumento político, os princípios que norteiam a Comunidade Luso-Brasileira no mundo (BRASIL, Decreto Legislativo nº 59, 1954).

Todavia, entre as décadas de 1950 e 1970, “o Brasil era bastante crítico em relação à política ultramarina portuguesa que deveria ser solucionada caso Portugal quisesse continuar com a ideia de de criar, junto com o Brasil, uma comunidade lusófona” (MOTA, 2009, p. 32). O país era contra a política colonialista portuguesa que imperava durante o Estado Novo. Na década de 60, durante a chamada Política Externa Independente, iniciada no governo de Jânio Quadros, as críticas brasileiras ao comportamento de Portugal se aprofundaram e foi reforçada a intenção de manutenção da amizade, todavia com uma clara ressalva à política colonialista lusitana (MOTA, 2009, p. 32). Mesmo sob um regime com pouco apelo às liberdades e direitos civis, o Brasil defendia uma comunidade em que houvesse a participação dos Estados africanos, naquele momento em posição de colônias:

Paradoxalmente, o regime promovido com o golpe militar de 1964 no Brasil, recuperou o projeto da formação de uma comunidade e continuou mantendo-se contra a postura colonialista de Portugal. O então presidente Castelo Branco sugeriu a autonomia das colônias portuguesas e a criação de uma comunidade luso-afro-brasileira nos moldes da já criada Commonwealth (MOTA, 2009, p. 33).

Na década de 70, o cenário se modifica. Com a instauração da democracia em Portugal e com a descolonização dos Estados africanos, abriram-se os caminhos para a concretização de uma comunidade lusófona. É nesse contexto que ocorre a convergência de interesses de algumas personalidades-chave. Por parte de Portugal, as ambições de Adriano Moreira e Jaime Gama foram muito significativas em projetar o desejo português na criação de uma comunidade. O primeiro, intelectual e político português na qualidade de presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, foi responsável por convocar os Iº e IIº Congressos das Comunidades de Cultura Portuguesa. Os congressos lograram a constituição de organizações acadêmicas voltadas à cultura lusitana, e na base dessas iniciativas, “estava a ideia de se

fortalecerem as ‘solidariedades horizontais’ com base na cultura além da língua, podendo dar voz a uma sociedade civil transnacional” (MOTA, 2009, p. 33).

Jaime Gama, por sua vez, na posição de ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, no discurso de sua visita oficial a Cabo Verde em 1983, sustentou que:

O processo mais adequado para tornar consistente e descentralizar o diálogo tricontinental dos sete países de língua portuguesa espalhados por África, Europa e América seria realizar cimeiras rotativas bienais de Chefes de Estado ou Governo, promover encontros anuais de Ministros de Negócios Estrangeiros, efetivar consultas políticas frequentes entre directores políticos e encontros regulares de representantes na ONU ou em outras organizações internacionais, bem como avançar com a constituição de um grupo de língua portuguesa no seio da União Interparlamentar (CPLP, s.d.).

Segundo a própria organização, o impulso definitivo neste processo ocorreria a partir do fim da década de 1980, muito pelo empenho do então Ministro da Cultura da gestão José Sarney, José Aparecido de Oliveira, que realizou viagens a todos os países lusófonos, defendendo a criação da Comunidade (MOTA, 2009, p. 33; CPLP, s.d.).

Finalmente, em 1989, a convite do próprio presidente brasileiro José Sarney, ocorreu o primeiro encontro dos chefes de Estado e de Governo dos países de Língua Portuguesa, reunindo Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe (CPLP, s.d.). Foi nesta ocasião que foi criado o Instituto Internacional de Língua Portuguesa, o qual estabeleceu-se como “o primeiro instrumento institucional da comunidade” (SANTOS, 2001, p. 23). O ministro José Aparecido de Oliveira, passou a atuar de forma ainda mais efetiva ao ser nomeado Embaixador do Brasil em Portugal pela gestão Itamar Franco.

Em sequência, em 1994 ocorreu em Brasília a reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores dos países-membros, estes resolveram conjuntamente recomendar às autoridades máximas de seus respectivos Estados que fundassem a Comunidade. A CPLP, então, foi fundada em 1996. Para Fernando Henrique Cardoso, a CPLP teria naturalmente uma vocação

[...] de mecanismo de concertação e consulta política, destinado a dar aos nossos países um instrumento adicional para a coordenação de suas posições em torno de temas da agenda internacional, para promover em conjunto seus interesses comuns e para avaliar, de seu próprio ponto de vista e com uma base permanente, a evolução da conjuntura política e econômica internacional (CARDOSO apud RIZZI; SILVA, 2017, p. 41).

No entendimento de Rizzi (2014), foi o posicionamento brasileiro, em certos pontos de divergência com Portugal, que efetivou a Comunidade lusófona a partir de um teor cultural, mas com claras inclinações políticas e econômicas.

No momento de sua fundação, a Comunidade foi estabelecida por sete Estados: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Em 2002, durante a Cúpula de Brasília, Timor-Leste foi aceito como o oitavo membro, após conquistar sua independência. Por fim, em 2014, após um complexo processo de adesão, Guiné Equatorial tornou-se o nono membro pleno da organização. O grupo de Estados que compõem a CPLP representam quatro continentes e englobam cerca de 291,4 milhões de pessoas, segundo o relatório “O estado da população mundial”, do Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) de 2019. A comunidade tem como seus objetivos gerais:

A concertação político-diplomática entre seus estados membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional; A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social; A materialização de projectos de promoção e difusão da língua portuguesa (CPLP, s.d.).

Já os princípios norteadores da Comunidade são: a igualdade soberana dos Estados membros; a não-ingerência nos assuntos internos de cada Estado; o respeito pela sua identidade nacional; a reciprocidade de tratamento; o primado da paz, da democracia, do estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social; o respeito pela sua integridade territorial; a promoção do desenvolvimento e a promoção da cooperação mutuamente vantajosa (CPLP, s.d.). Acerca de sua estrutura, no ato da criação foram estabelecidos como órgãos da Comunidade quatro instâncias, sendo elas: a Conferência de Chefes de Estado e de Governo, o Conselho de Ministros, o Comité de Concertação Permanente e o Secretariado Executivo.

A Conferência de Chefes de Estado e de Governo é formada pelos chefes de Estado e/ou de governo de todos os países-membros, ou seja, as autoridades máximas dos países. É a instância deliberativa primordial da Comissão. Nela, as decisões são tomadas por consenso, via de regra, de dois em dois anos, e, extraordinariamente, quando há a demanda de dois terços dos Estados membros (CPLP, s.d.). O Conselho de Ministros, que responde à Conferência de Chefes de Estado e de Governo, é composto pelos ministros de negócios estrangeiros e de relações exteriores dos nove Estados membros, que se reúnem anualmente. Entre as atribuições do conselho estão: aprovar o orçamento da Comissão, supervisionar seu funcionamento e

atividades, além de eleger rotativamente um presidente para a instância (MOTA, 2009; CPLP, s.d.).

O Comitê de Concertação Permanente é presidido pelo presidente do Conselho de Ministros e se reúne mensalmente em Lisboa na sede da CPLP. O Comitê é formado por um representante de cada Estado-membro e possui como objetivo acompanhar a materialização das decisões e recomendações dos outros órgãos da Organização. Acompanha as ações realizadas pelo Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) e compartilha as principais atribuições do Conselho de Ministros. A quarta instância, o Secretariado Executivo, é o principal órgão executivo da CPLP e a ele compete implementar e assegurar a execução das decisões dos outros três órgãos (CPLP, s.d.).

Com a revisão dos estatutos, posteriormente foram acrescentadas mais algumas instâncias. Na IV Cimeira de Chefes de Estado, sediada em 2002 em Brasília, originaram-se as Reuniões Ministeriais Setoriais e a Reunião dos Pontos Focais de Cooperação. A primeira se constitui por ministros e secretários de diferentes setores governamentais dos Estados-Membros e à ela cabe coordenar, no nível ministerial, as ações de concertação e cooperação em setores como agricultura, comércio, educação, defesa, saúde, turismo entre outros. Já a segunda nova instância assessora os demais órgãos da Comunidade em assuntos vários referentes à cooperação e produz relatórios em prol do desenvolvimento da organização (CPLP, s.d.).

Três anos depois, decidiu-se em Luanda, capital angolana, que o IILP fosse integrado ao Conselho de Ministros. Apesar da categoria de observador existir desde a IIª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, realizada em julho de 1998, somente em 2005 foram integradas também as categorias de observadores associados e observadores consultivos. A primeira é voltada para Estados ou regiões lusófonas de Estados terceiros que compartilhem os princípios orientadores da Comunidade como a promoção das práticas democráticas, boa governança e o respeito aos direitos humanos, ainda que não detenham as condições necessárias para serem membros plenos da CPLP. Já na categoria de observadores consultivos, podem se enquadrar as organizações da sociedade civil, que mediante candidaturas se integram na dinâmica de desenvolvimento da Comunidade (CPLP, s.d.).

Por fim, no XII Conselho de Ministros, ocorrido em novembro de 2007, em Lisboa, foi instituída a Assembleia Parlamentar, o órgão que agrega as representações dos parlamentos de todos os Estados-membros. À Assembleia Parlamentar cabe apreciar matérias relacionadas a finalidades estatutárias, emitir pareceres, propostas e recomendações.

As fontes de financiamento da CPLP se dão principalmente por meio do orçamento de funcionamento do Secretariado Executivo, custeado por contribuições obrigatórias dos

Estados-membros e pelo Fundo Especial, o qual é subsidiado por contribuições voluntárias e destinado a fomentar programas de cooperação, ações e projetos pontuais (MRE, s.d.).

3. A CPLP NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Rizzi e Silva (2017) sustentam que a política externa brasileira tem, naturalmente, em sua agenda, o objetivo de projetar-se no Atlântico Sul, dado seu contexto histórico e geográfico com os países costeiros, pelo lado sul-americano e pelo lado africano. O argumento se baseia na compreensão de que compreender a relação triangular entre Portugal, Brasil e África é fundamental, dado que não seria possível “[...] escrever História do Brasil sem ter uma perspectiva de fora, uma perspectiva portuguesa e uma perspectiva africana” (COSTA E SILVA, 2005, p. 54). Assim sendo, o fator histórico seria o objeto primordial no que tange a proposição e manutenção do Brasil como um ator importante no âmbito da CPLP (RIZZI; SILVA, 2017).

Não obstante, segundo Rosa (2006), o surgimento da CPLP ocorreu em um momento de diminuição significativa das relações comerciais, diplomáticas e estratégicas com as nações africanas, as quais somam a maioria dos países da Comunidade. Os mandatos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), representaram um período estruturado pelo pensamento neoliberal de alinhamento implícito ao Conselho de Washington (CERVO, 2000). Em suma, isso significou que o Brasil havia se voltado aos países desenvolvidos. A estratégia de política externa de FHC era a da inserção internacional através da autonomia pela integração, que era, “ao invés de uma autonomia isolacionista, uma autonomia articulada com o meio internacional” (LAMPREIA, 1999, p. 11). Assim sendo, as relações externas seriam universais, sem alinhamentos ou opções excludentes, o que garantiria a autonomia, desde que fosse pela integração (LAMPREIA, 1998; VIGEVANI et al., 2003).

Considerando que a formação da CPLP ocorreu em um período em que o Brasil não enfatizava as suas relações com nações em desenvolvimento, a busca pela integração – característica crucial desta gestão – desempenhou um papel significativo na inserção do Brasil no sistema internacional, e pode ser considerada um dos motivos que, em certa medida, explicam a criação da Comunidade. O Brasil procurava deixar a agenda internacional reativa enquanto empreendia uma agenda mais proativa, se apoiando muito na busca de normas e regimes internacionais, fortalecendo a institucionalização do ambiente internacional (VIGEVANI et al., 2003). Além disso, com a teoria da interdependência, os temas denominados

soft passavam a ganhar mais peso no cenário internacional (KEOHANE; NYE, 1989 apud VIGEVANI et al., 2003), e sob a perspectiva brasileira, isso implicava que "a importância relativa de cada país passa[va] a ser medida menos por seu peso militar ou estratégico, e mais por sua projeção econômica, comercial, científica ou cultural" (ABDENUR, 1994, p. 3 apud VIGEVANI et al., 2003). Nesse sentido, a realização da integração com as nações lusófonas se tornou factível devido aos laços históricos e, acima de tudo, culturais que as impulsionam.

Durante o governo Lula (2003-2010), a cooperação Sul-Sul teve papel de destaque na política externa do país (VISENTINI, 2012). A ênfase nesse tipo de cooperação fez com que o Brasil diversificasse a busca por parceiros, tendo destaque a América do Sul, a África e a Ásia. Apesar da prioridade da agenda ter consistido na reconstrução do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a solidariedade para com a África figurou também papel central, dado a vinculação entre princípios éticos e o interesse nacional (VISENTINI, 2012). Neste continente, no qual se concentram a maior parte dos países que compõem a CPLP, o ex-presidente realizou 11 visitas oficiais ao continente, a 29 países diferentes, e estabeleceu 17 novas embaixadas (VISENTINI, 2012, p. 29), se tornando um novo ator de peso no continente, ao lado da China e da Índia.

A cooperação sul-sul é entendida como um processo de cooperação entre países em desenvolvimento, que compartilham experiências, conhecimento e recursos para alcançar o desenvolvimento sustentável, e se contrapõe à cooperação norte-sul, criticada por ser percebida como “colonizadora” e não participativa (MILANI, 2012). Ainda, a cooperação sul-sul, carrega o ideal de que a “cooperação internacional não deve ser medida apenas sob o aspecto econômico de seus valores monetários quantificáveis: os aspectos políticos e estratégicos seriam, talvez, os mais decisivos” (COELIN, 2008, p. 30). A gestão Lula mostrou características que se aproximam desse ideal, já que visou contribuir para o desenvolvimento internacional, bem além do aspecto econômico, e almejou a redução dos desequilíbrios do sistema mundial, com a inserção da questão social na agenda global, algo em conformidade com sua política interna (VISENTINI, 2012). A propósito, a ampliação e reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas representou um tema fundamental na política externa dos governos Lula (2003 - 2010) , visto que o tema estava em voga internacionalmente (BRIGIDO, 2010). A continuidade deste objetivo em sua agenda evidenciava a intenção do Brasil em se postular a um papel de maior destaque ao passo que buscava maior equilíbrio no Sistema Internacional:

No plano político, é evidente o projeto de reforçar a capacidade de 'intervenção' do Brasil no mundo, a assunção declarada do desejo de ocupar uma cadeira permanente num Conselho de Segurança reformado e a oposição ao

unilateralismo ou unipolaridade, com a defesa ativa do multilateralismo e de um maior equilíbrio nas relações internacionais (ALMEIDA, 2004, p. 165).

Ademais, a atenção dada aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e à CPLP como um todo durante o governo Lula se destaca em alguns momentos relevantes, como, por exemplo, no V encontro da organização realizado em São Tomé e Príncipe, no final de julho de 2004, onde estiveram presentes os delegados de cada país, o governo brasileiro demonstrou apoio financeiro ao evento, contribuindo com uma doação de 500 mil dólares. Além disso, também disponibilizou recursos de comunicação e equipamentos de informática, que foram deixados à disposição do local (MIYAMOTO, 2009).

Outro momento, durante a realização da VII Conferência, em julho de 2008, que teve lugar em Lisboa com o propósito de promover a língua portuguesa, houve uma ênfase especial na revitalização do Instituto Internacional de Língua Portuguesa. Nesse contexto, o governo brasileiro expressou seu compromisso e ressaltou a importância desse objetivo. Além disso, outros elementos podem ser mencionados, como a proposta do Brasil de estabelecer acordos entre o Mercosul e a CPLP (exceto Portugal), iniciativa que visava promover intercâmbios econômicos e facilitar a importação de produtos entre os membros dessas entidades (MIYAMOTO, 2009).

Durante o mandato de Lula, o país também se destacou através de sua política externa, sobretudo ao apoiar agendas regionais, que enfatizavam a saúde no âmbito da CPLP e da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), além de outras importantes iniciativas de política internacional (GÓMEZ; PEREZ, 2016). A atenção concedida pelo Brasil à CPLP no governo de Lula seguiu de maneira satisfatória a histórica conduta da política externa brasileira que busca privilegiar a cooperação ao invés do conflito (MIYAMOTO, 2009).

A gestão de Dilma Rousseff iniciada em janeiro de 2011 procurou manter os aspectos principais da diplomacia de seu antecessor, logrou reaproximação com os Estados Unidos e deu destaque à agenda dos direitos humanos (OLIVEIRA NETO, 2016; VISENTINI, 2013). Temas como a integração sul-americana, as parcerias Sul-Sul e a defesa da reforma das Nações Unidas tratados pela política externa de Lula estiveram presentes no governo Dilma, contudo, verificou-se certa falta de inovação, o que somado a problemas internos, comprometeu as estratégias de inserção internacional do Brasil.

Conforme Amado Luiz Cervo e Antônio Carlos Lessa (2014, p. 134):

Sem novos conceitos e sem diálogo com a sociedade, o primeiro termo de Rousseff no poder tolheu eficiência aos fundamentos internos e falhou em outros dois pontos ao abrir o caminho do declínio internacional: não formulou uma política de

comércio exterior, apesar do malogro da fase anterior nesse aspecto, e não programou junto com o empresariado uma estratégia de inovação exigida pela competitividade sistêmica de economias internacionalizadas. Apenas dará continuidade lerda e obstruída às estratégias externas da fase anterior.

O perfil classificado como mais técnico, centralizador e introspectivo de Dilma é apontado como um fator motivador em sua política externa menos atuante (OLIVEIRA NETO, 2016). A quantidade das viagens presidenciais ressalta este aspecto: enquanto Lula realizou 106 viagens e visitou 51 países em seu primeiro mandato, Dilma, por sua vez, realizou apenas 62 viagens e visitou 35 países durante o primeiro mandato (OLIVEIRA NETO, 2016).

Há uma escassez significativa de produções acadêmicas que analisam ou citam a CPLP na agenda de política externa durante o governo de Dilma. No entanto, o trabalho realizado por Gómez e Perez (2016) examina a PEB no contexto da saúde, buscando compreender as continuidades e rupturas dessa temática durante a transição entre os governos Lula e Dilma. Segundo Gómez e Perez:

A ausência de novas expressões e conceitos na PEB pode ser um indicador de que as estratégias de Lula continuaram no governo Dilma. No entanto, a falta de recursos e a ausência de esforços de Dilma para priorizar a política externa e estabelecer novas prioridades internacionais sugerem a situação oposta. Por exemplo, o projeto com Moçambique esmoreceu no governo Dilma, enquanto as evidências mostram que as ações da Unasul, BRICS e CPLP na área da saúde continuaram devido ao esforço de atores individuais e à inércia burocrática, ao invés de esforços proativos do governo Dilma. Na maioria desses casos, houve uma continuidade lenta da PEB, enquanto Dilma não se esforçou para que os projetos funcionassem melhor ou para que os processos fossem agilizados (2016, p. 192, tradução nossa).

A ausência de maiores esforços por parte da ex-presidenta é atribuída principalmente aos cortes no orçamento do Ministério das Relações Exteriores, e principalmente na porção destinada à cooperação internacional (GÓMEZ; PEREZ, 2016, p. 185). Em 2005, R\$430.705.861,00 foram destinados à cooperação internacional, enquanto que em 2011, este montante foi reduzido para R\$ 82.188.671,00 e para R\$63.002.107,00 no ano de 2012 (GÓMEZ; PEREZ, 2016, p. 185). Foram realizados também, cortes no orçamento da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) durante os anos de governo da ex-presidenta. Enquanto nos governos de Lula o orçamento da agência foi revisado e aumentado, durante o governo de Dilma houve uma queda significativa (GÓMEZ; PEREZ, 2016, p. 185). Por exemplo, em 2010, o orçamento disponível para a Cooperação Sul-Sul com a África foi de vinte milhões de dólares, enquanto em 2012 esse valor diminuiu para cerca de dez milhões de dólares (HIRST, 2012; ABDENUR; SOUZA NETO, 2014).

A política externa exercida por Michel Temer – empossado interinamente na presidência da república em agosto de 2016, após o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff – procurou se manter “pés no chão”. Nessa gestão (de agosto de 2016 a 2018), foi buscada a volta dos pilares da diplomacia brasileira, como o caráter universalista e a tomada de decisões sem vieses ideológicos (ALVES, 2018). No discurso de José Serra, escolhido inicialmente para assumir a pasta das Relações Exteriores, foi dito que se faria “uma nova política externa brasileira”. O discurso trouxe dez principais diretrizes que em síntese defendiam: uma diplomacia baseada em valores nacionais, em vez de preferências ideológicas partidárias; defesa da democracia e direitos humanos em todo país, respeitando a não-ingêrência; responsabilidade ambiental na Amazônia e matriz energética renovável; busca por soluções pacíficas e negociadas em conflitos internacionais; não restrição da liberdade de iniciativa ao multilateralismo da OMC; negociações comerciais para abrir mercados e criar empregos; fortalecimento do Mercosul, priorizando livre-comércio; a ampliação do intercâmbio com parceiros tradicionais e a busca por acordos comerciais; priorização das relações com Ásia (China, Índia) e atualização do intercâmbio com a África; análises econômicas e consulta a setores produtivos nas políticas de comércio exterior (ALVES, 2018, p. 10-11).

Ao falar sobre a atualização do intercâmbio com o continente africano, Serra se estende e toca no tema da cooperação Sul-Sul, a qual diz que, em solidariedade estreita e pragmática, continuaria a ser uma diretriz essencial da diplomacia brasileira (ALVES, 2018). É dito também que seriam aproveitadas oportunidades oferecidas pelos foros inter-regionais com outros países em desenvolvimento, como os BRICS, de forma a acelerar intercâmbios comerciais, investimentos e compartilhamento de experiências (ALVES, 2018). Não há acenos significativos e diretos à CPLP ou aos países que compõem a comunidade, porém, durante a gestão interina de Temer, ocorre a presidência brasileira de turno dentro da organização, que será abordada em maiores detalhes na próxima seção deste artigo.

A gestão de Jair Bolsonaro (2018 - 2022) representou uma ruptura na práxis da política externa observada ao longo dos anos, e ao articular negacionismo e isolacionismo, engendrou um perfil anti-regionalista da PEB (HIRST; MACIEL, 2022). A diplomacia brasileira abdicou das variáveis brandas de poder e não demonstrou pretensões em ocupar espaços em instituições multilaterais de nível regional e/ou global, produzindo o que Hirst e Maciel (2020) chamaram de política de “má-vizinhança”. O referido governo foi marcado pelo alinhamento incondicional a Washington, mais especificamente ao governo de Donald Trump (2017 - 2020), e além disso,

convocou uma política internacional que procurasse integrar o Brasil ao conjunto de países liderados por governantes adeptos aos ideais da extrema direita (HIRST ; MACIEL, 2022).

O Brasil, sob o mandato de Bolsonaro, tornou-se crítico às agendas respeitadas por atores e instituições do sistema internacional, como, por exemplo, os direitos humanos, as mudanças climáticas e a noção de bem público global, o que acarretou um significativo isolamento brasileiro na comunidade internacional (HIRST ; MACIEL, 2022). O Itamaraty, que esteve sob gestão de Ernesto Araújo e, posteriormente, de Carlos Alberto França, descontinuou ações no âmbito da cooperação Norte-Sul e Sul-Sul, e nem mesmo a dimensão regional dispôs de um projeto. Na América do Sul, Bolsonaro se aproximou de seus pares conservadores, como Piñera no Chile, Duque na Colômbia e Macri na Argentina, e tal aproximação serviu como meio de aproximação aos posicionamentos compartilhados com os EUA (HIRST ; MACIEL, 2022). A postura do país em meio a pandemia de Covid-19, com críticas públicas do ex-ministro Araújo à Organização Mundial da Saúde (OMS), junto às ações erráticas e contraditórias do Brasil, demonstraram a erosão de sua capacidade de liderança regional (SIERRA, 2020).

Consequentemente, é notável a falta de atenção e priorização da comunidade lusófona na política externa de Bolsonaro. Entretanto, há algumas ocasiões durante esta gestão que demonstraram estabilidade no compromisso brasileiro outrora firmado com a CPLP. Um deles foi a inclusão prioritária dos países da CPLP na lista de convidados para as celebrações do bicentenário da independência do Brasil em 2022, em que foram os primeiros convidados do governo brasileiro (VILELA, 2022). O outro momento, o mais significativo, foi a ratificação do Acordo sobre Mobilidade entre Estados-membros da CPLP aprovado na XXVI Reunião do Conselho de Ministros, ocorrida em Luanda, no dia 16 de julho de 2021 (CPLP, s.d.). Aprovado pelo Senado brasileiro em 17 de Fevereiro de 2022 (AGÊNCIA SENADO, 2022), o acordo estabeleceu uma base legal para que se construa maior mobilidade e circulação no espaço da Comunidade. Os Estados-Parte contarão com a possibilidade de celebração de acordos adicionais sobre mobilidade com possibilidade de escolha entre as modalidades: Estada de Curta Duração CPLP; Estada Temporária CPLP; Visto de Residência CPLP e Residência CPLP (CPLP, s.d.). O acordo de mobilidade foi, sem dúvidas, um marco para a organização.

4. ATUAÇÃO BRASILEIRA NA COMUNIDADE

Pode-se inferir que o Brasil atua com certo protagonismo dentro da CPLP, pois, além de ter sido crucial para que sua criação fosse efetivada, o país foi o primeiro Estado a tomar a iniciativa de desenvolver uma representação diplomática permanente para tratar de assuntos da

Comunidade de forma exclusiva (CPLP, s.d.; MRE, s.d.). A Missão do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa foi estabelecida em fevereiro de 2006. A Missão se ocupa de promover a concertação político-diplomática e a cooperação em diversas áreas. Além disso, atua de forma focal na promoção e na difusão da língua portuguesa e procura também aprofundar o intercâmbio cultural entre os nove Estados-membros da organização (MRE, 2023). A Agência Brasileira de Cooperação (ABC), como parte integrante do Itamaraty e Ponto Focal brasileiro de cooperação junto à CPLP, é o principal instrumento da política externa brasileira junto ao organismo.

Desde a formação da Comunidade, tanto o Brasil quanto Portugal têm sido os principais contribuintes do orçamento regular da organização. A partir de 2013, o Brasil tornou-se o maior contribuinte individual isolado, com uma doação anual em torno de 768 mil euros (SENADO NOTÍCIAS, 2019). No que diz respeito às contribuições voluntárias para o Fundo Especial da CPLP, o Brasil e Portugal também são os maiores colaboradores. Desde a implementação do Fundo Especial em 2000, até 2015 o Brasil havia contribuído com um total aproximado de 22 milhões de dólares (SENADO NOTÍCIAS, 2019). Além disso, o país colaborou não só com recursos financeiros, mas também com recursos humanos em todas as Missões de Observação Eleitoral executadas no âmbito da CPLP, chegando a presidir as eleições presidenciais do Timor-Leste em 2012.

O Brasil exerceu a Presidência rotativa da CPLP entre os anos de 2002 e 2004, e, mais recentemente, entre 2016 e 2018. Na XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada em novembro de 2016, em Brasília, o Brasil, com o apoio de todos os Estados membros, foi eleito com o tema “A CPLP e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (LOPES; MELLO; KALLÁS, 2018). No discurso da Sessão de Abertura da referida Conferência, o ex-Presidente interino Michel Temer exaltou com orgulho o fato de o secretário-geral da ONU na época ser falante da língua portuguesa, o que simbolicamente levaria a língua ao seu patamar universal, fez um paralelo entre a pluralidade da comunidade lusófona com a pluralidade do Brasil, e anunciou o tema como forma de acessar o desenvolvimento pleno, no âmbito econômico, social e ambiental (LOPES; MELLO; KALLÁS, 2018). Em trecho do discurso, Temer disse:

...Não se trata de reinventar a roda. A CPLP já tem avançado em domínios tão diversos quanto saúde, educação, previdência social, cultura, turismo, defesa, justiça. Ao trazer a Agenda 2030 para a CPLP, o que queremos é assegurar coerência ao conjunto de nossos esforços. E fazê-lo a partir de moldura conceitual que, negociada nas Nações Unidas, orienta nossa forma coletiva de compreender e promover o desenvolvimento. O propósito da presidência brasileira, em síntese, é o de contribuir

para uma CPLP moderna e afinada com nossas reais necessidades. É para essa jornada que convidamos os demais membros. E é para essa jornada que convidamos os países observadores – os que já nos acompanham desde antes e os que acabam de juntar-se a nós. Sua confiança na nossa capacidade conjunta de produzir resultados nos estimula a seguir adiante... (LOPES; MELLO; KALLÁS, 2018).

A escolha deste tema se valeu da premissa de que a discussão em prol da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) possibilitaria a aproximação da agenda de trabalho da CPLP com a agenda global, além de intensificar a presença lusófona em outras organizações internacionais, sobretudo as do sistema ONU. Dessa maneira, a temática dos ODS pautou as discussões das diversas reuniões ministeriais e técnicas seguintes, além de ter orientado as tomadas de decisões (LOPES; MELLO; KALLÁS, 2018).

De acordo com o Quadro Bienal de Cooperação da CPLP (2020 - 2022) mais recente, havia quatro programas e projetos de cooperação executados por instituições brasileiras em operação:

- Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES) para a Cooperação na CPLP, na área de ciência, tecnologia e ensino superior. O projeto é executado pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). A iniciativa busca integrar, promover e implementar ações voltadas para o intercâmbio de conhecimento, mobilidade acadêmica com qualidade e a formação de cidadãos que contribuam para o desenvolvimento dos Estados-membros da Comunidade;
- Repositório Científico da CPLP / Portal de Acesso Aberto da CPLP. Projeto executado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), em parceria com a Unidade de Computação Científica Nacional da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (UCCN/FCT) e a Universidade do Minho, de Portugal. Este projeto visa construir o repositório científico de língua portuguesa e interligar os repositórios científicos nacionais existentes, para disponibilização do acesso à produção científica em acesso aberto, através do Portal da CPLP;
- Capoeira: formação técnico-profissional e cidadania – Fase II. Classificado na área de Juventude e Desportos, o projeto também é executado pela brasileira UNILAB em parceria com a Escola Nacional de Educação Física e Desporto (ENEFD) da Guiné-Bissau. Entre outros objetivos sócio-culturais e educativos, a iniciativa possui o intento de sensibilizar a comunidade guineense para a potencialidade da capoeira como forma de inclusão social e cidadania;

- Apoio à gestão e monitoramento de Recursos Hídricos nos Países da CPLP. Projeto executado pela Agência Nacional de Águas do Brasil (ANA) com o objetivo de apoiar na gestão e monitoramento hidrológico, centrado no intercâmbio de conhecimentos, com atenção às demandas específicas de cada país. O programa busca desenvolver capacitações voltadas ao monitoramento hidrológico por meio de tecnologias e marcos legais e, assim, gerar evidências para a definição de políticas públicas e para os processos de tomada de decisão dos atores governamentais.

Foram realizados outros projetos relevantes, tais como o Centro de Excelência em Desenvolvimento Empresarial em Luanda e o Centro de Excelência em Administração Pública em Maputo. Ambos liderados pela ABC, tiveram foco sobretudo na capacitação técnica de autoridades e gestores locais, além da construção física dos centros (ABC, 2005). Ademais, destacam-se o projeto de Apoio à Capacitação de Recursos Humanos em Saúde Pública nos PALOP e Timor-Leste, executado pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), e o projeto de Cooperação Técnica em Telecomunicações, empreendido em parte pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) com o objetivo de também apoiar os PALOP e seus organismos governamentais de telecomunicações.

Em dado mais recente, o Brasil anunciou o apoio financeiro de um milhão de euros para o Programa CPLP Audiovisual, o qual visa contribuir com o intercâmbio cultural e difusão do conhecimento compartilhado em prol de políticas públicas de fomento à produção e propagação de conteúdos nos países da Comunidade. De acordo com o jornal português, Público, o anúncio foi feito em vinte e quatro de abril de 2023 pela então Ministra da Cultura, Margareth Menezes, na sede da CPLP. A ministra se orgulhou de fazer um financiamento “da mesma envergadura de Portugal”.

Importa dizer que o Brasil também realiza muitas ações de cooperação bilateral fora do escopo da organização, sobretudo em matéria de saúde nos PALOP (ABC, 2005). E, além disso, as iniciativas na CPLP não se resumem a projetos de cooperação em si, mas compreendem também as Ações Pontuais, projetos menos robustos, em geral de cunho cultural, em que há grande participação do Brasil.

Em análise mais crítica e menos técnica, a embaixadora brasileira Irene Gala tratou de relacionar, em um estudo de 2014, os pilares de atuação da CPLP – a concertação político-diplomática, a cooperação e a promoção e difusão da língua portuguesa – com os interesses do Brasil, bem como às potencialidades para a consecução do interesse nacional. Ao primeiro pilar, o político-diplomático, é apontada a vontade brasileira de lograr maior presença nos foros

responsáveis por discutir a nova arquitetura global. Dessa maneira, o Estado brasileiro deveria pôr em prática uma diplomacia que operasse por vetores diversos, e para Gala (2014), a CPLP é um desses vetores de projeção.

O pilar da cooperação, para a embaixadora, além de se apresentar como um meio para a inserção mais vantajosa do Brasil, se liga ao interesse brasileiro em se consolidar como ator relevante na cooperação para o desenvolvimento, algo característico da atuação internacional do Brasil, como já mencionado. O terceiro e último pilar, o da promoção e difusão da língua portuguesa, "remete à mais recente introdução da questão da língua portuguesa como instrumento de Política Externa Brasileira, bem como ao reconhecimento da língua como patrimônio nacional e produto de exportação" (GALA, 2014, p. 24). É ressaltado o fato de que a criação da CPLP transformou a língua portuguesa em mais um vetor da Política Externa Brasileira, dadas às iniciativas de órgãos brasileiros em definirem uma política de promoção internacional da língua. Após a criação da CPLP, o português passou a ser língua oficial tanto na Organização Mundial de Propriedade Intelectual quanto na Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). "Enfim, a língua portuguesa passa a ser um produto que deve acompanhar a expansão da presença política, empresarial e econômica brasileira" (GALA, 2014, p. 25).

Entende-se, então, que a participação brasileira na Comunidade está de acordo com os interesses nacionais do Brasil, o qual identifica a CPLP como vetor de projeção, ao passo que colabora para a existência da organização com certo protagonismo.

5. CPLP E PROJEÇÃO DE PODER BRASILEIRO

Como já mencionado, a CPLP se estabeleceu com a proposição de três objetivos principais: concertação político-diplomática, cooperação em todos os domínios e promoção e difusão da língua portuguesa. Apesar de não haver nenhum tipo de hierarquia expressa, o objetivo da cooperação parece demonstrar maior efetividade dentro da Comunidade, ao menos parece ser a impressão brasileira. Conforme Coelin (2008, p. 34), "A cooperação, na acepção mais ampla do termo, é a própria razão de ser da Comunidade, e continuará a representar sua perspectiva maior de consolidação e fortalecimento". Para o autor, a cooperação se mostra fundamental para a existência da CPLP, e compreende que tal prática exercida de forma estendida em seu significado é o que sustenta a organização.

A Agência Brasileira de Cooperação faz leitura similar e classifica a cooperação na organização como um pilar de integração da Comunidade, com grande potencialidade:

A cooperação em geral constitui um dos elementos essenciais das atividades da CPLP, cabendo à cooperação técnica a grande maioria dos projetos comunitários. Se a língua, a convergência de interesses, os elementos históricos e culturais comuns ditaram a criação da Comunidade, a cooperação representa um dos pilares da integração comunitária, com potencial para reforçar e multiplicar os laços que unem os países de língua portuguesa (ABC, 2005, p. 1).

Ainda, a agência especifica que a cooperação técnica é a predominante nos projetos da comunidade. E aparenta ser por meio principalmente desta que o Brasil estende sua esfera de influência e poder. A cooperação técnica entre países em desenvolvimento (CTPD), de acordo com o embaixador brasileiro Carlos Alfonso Iglesias Puente, pode ser considerada como um dos recursos da diplomacia brasileira para a afirmação da credibilidade e legitimidade da atuação internacional do país. De acordo com o que traz Iglesias Puente (2007, p. 260):

Trata-se do esforço permanente de construção de credibilidade, legitimidade e projeção internacional do País. A instrumentalidade da CTPD nesse caso se dá em nível menos direto do que no plano bilateral, mas talvez até mais importante, pois projeta o Brasil como ator relevante nos esforços da cooperação Sul-Sul. E isso contribui inegavelmente para o reforço da credibilidade e legitimidade da ação externa do País. É, sem dúvida, uma das várias manifestações de poder brando, na acepção de Nye...

É razoável, então, perceber que o Brasil progressivamente se credencia como um ator relevante na cooperação Sul-Sul, cooperação esta que na visão de Iglesias Puente (2007), é desvinculada de fins lucrativos, dissociada de quaisquer imposições políticas ou econômicas, e focada na permanente busca de horizontalidade.

Tal credenciamento é fruto de um esforço brasileiro que, inclusive, já pode ter seu reconhecimento percebido não só por países parceiros, mas como também por vários atores da comunidade internacional. A CTPD, empreendida pelo Brasil de forma mais substancial a partir da década de 1990, faz o país ser constantemente associado às causas voltadas ao desenvolvimento econômico e social, seja entre os países do Sul, nos próprios foros de cooperação, seja entre países desenvolvidos e organismos internacionais relevantes, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a União Europeia (UE).

Evidências indiscutíveis podem ser citadas, como, por exemplo, o elogio ao Brasil feito pelo sétimo Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, relacionado ao engajamento do país na cooperação Sul-Sul, no relatório “Uma Liberdade Mais Ampla” :

Felizmente, há sinais de mais progresso [na cooperação para o desenvolvimento]. Um novo grupo de doadores surgiu, incluindo (...) alguns dos

países em desenvolvimento mais ricos, como Brasil, China e Índia, todos os quais estão cada vez mais oferecendo seus conhecimentos a outros países em desenvolvimento por meio de cooperação técnica (ANNAN, 2005, tradução nossa).

Outro exemplo notável é a fala do ex-diretor do Gabinete de Cooperação Sul-Sul das Nações Unidas, Jorge Chediek, feita em 2019 em entrevista à agência portuguesa *Lusa*. Chediek, ao defender que a cooperação Sul-Sul seria elemento chave na consecução global da Agenda 2030, inclui o Brasil nos países que “deram o salto de desenvolvimento e, que mostram hoje ‘interesse em partilhar a sua experiência com outros países’, empregando ‘recursos próprios’ nesses projetos de cooperação”.

A cooperação, como já mencionado anteriormente, é um dos objetivos gerais da CPLP, os quais buscam contemplar os princípios da organização, como, por exemplo, a promoção do desenvolvimento e o primado da paz, da democracia, do estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social. A Política Externa Brasileira procurou e procura integrar a dimensão estratégica da África com a própria situação do Brasil e o faz sob a perspectiva da herança cultural comum, promovendo o desenvolvimento e a capacidade de autossustentação do continente africano por meio dos projetos de cooperação técnica, e buscando ampliar as oportunidades internacionais da economia brasileira através do comércio e de projetos de produção conjunta com os parceiros africanos (ROSA, 2006). Tais ações da PEB encontram respaldo também no fato de que a CPLP é entendida pela mesma como mecanismo político vital de atuação no Atlântico Sul, área de atenção e interesse natural do Brasil, portanto suas coalizões e ações de cooperação nessa região seriam essenciais na busca por liderança regional e por um sistema mundial multipolar (RIZZI; SILVA, 2017).

É razoável perceber que, através da CTPD, então, o Brasil projeta sua presença e seu poder de influência nos países da Comunidade, especialmente nos PALOP, ao colaborar com o desenvolvimento de suas estruturas sociais, administrativas, culturais e políticas através de sua participação, sobretudo em projetos de cooperação como os citados na seção anterior. Entretanto, o presente artigo se vale da premissa de que a projeção de poder por parte do Brasil pode ocorrer não só por vias atreladas à cooperação no âmbito da Comunidade, mas sim através da participação plena do país na organização.

Irene Gala (2014) e Iglesias Puente (2007) concordam quanto ao reconhecimento do papel instrumental da cooperação para o desenvolvimento na política externa. Ambos reconhecem que a prática é um importante elemento à disposição do país para promover suas relações externas, projetar-se internacionalmente e concretizar o interesse nacional.

Ainda, Iglesias Puente, ao escrever sobre a CTPD, busca compreender se a prática é capaz de retornar algum tipo de benefício ou recompensa ao país doador, ainda que esse tipo de cooperação seja horizontal. O autor pontua que existe certa dificuldade em apontar resultados em termos políticos que possam ser creditados ao exercício da cooperação técnica na política externa:

Como se viu anteriormente, esses frutos não são automáticos, nem diretos, nem necessariamente de curto prazo, e, mais importante, dificilmente desvinculáveis de outras variáveis, que não a CTPD, presentes tanto no contexto das relações bilaterais quanto no ambiente internacional. Embora a cooperação técnica horizontal brasileira possa aportar ganhos em termos de política externa ao País, não se trata de mecanismo especialmente estabelecido para esse fim. Tampouco se pode esperar que seja sempre possível contabilizar resultados diretos no campo da política exterior em decorrência das ações de CTPD (IGLESIAS PUENTE, 2007, p. 261).

Contudo, ele reconhece o papel instrumental que a mesma exerce na política externa. Iglesias Puentes (2007) reitera que a cooperação para o desenvolvimento, sobretudo a de caráter técnico, é um dentre os elementos de que o país dispõe na busca de garantir os interesses nacionais. Ele esclarece, que, na análise dos resultados da prática em questão, não se pode dissociar das contribuições de setores como o intercâmbio comercial, apoios na arena multilateral, iniciativas de cooperação Sul-Sul *lato sensu* e a própria atuação diplomática em outras ambiências. Isto posto, considera que “não é tampouco fácil singularizar, no plano bilateral, casos em que a cooperação técnica horizontal tenha aportado frutos específicos para o Brasil em seus objetivos de política externa” (IGLESIAS PUENTE, 2007, p. 262) .

Contudo, feitas essas ressalvas, o autor lança a hipótese de que “a cooperação técnica horizontal brasileira prestada a países em desenvolvimento contribuiria, ainda que não diretamente, mas de alguma forma efetiva e potencial, para seu posicionamento favorável ao Brasil no tema da reforma do CSNU” (IGLESIAS PUENTE, 2007, p. 263). Por conseguinte, a partir disso, realiza uma análise em que se apresentam os principais países recipiendários da cooperação técnica brasileira, classificados por ordem de volume recebido de ações de CTPD, e suas respectivas posições em relação ao tema.

Nesse sentido, então, Iglesias Puente observa que a grande maioria dos principais recipiendários da cooperação técnica brasileira para o desenvolvimento são, ao menos eram, favoráveis ao pleito do Brasil em vir a ocupar um assento permanente em uma possível ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), com pontuais exceções como Nicarágua e Costa Rica na América Central. A escolha do tema analisado por Puente ocorre devido ao fato de que seu estudo enfoca majoritariamente o governo de Lula, que havia se iniciado em 2003 e estava em vigor no momento da pesquisa. Em linhas gerais, o estudo de

Puente sugere que as relações de cooperação entre países em desenvolvimento são consideradas relevantes para a formação de certo posicionamentos por parte dos países que recebem conhecimentos técnicos. Essas relações podem influenciar a percepção dos países recipiendários em relação às demandas apresentadas pelos países que compartilham seus conhecimentos.

No que diz respeito a isso, é notório que o Brasil pode se beneficiar, visto que, em 2023, no terceiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva (2023 - 2026), a aspiração a um assento permanente no CSNU continua compondo o interesse nacional e a agenda de política externa. Uma mudança no Conselho representaria uma alteração na ordem mundial oriunda do pós-Segunda Guerra. Conforme o diplomata brasileiro Fábio Simão Alvez (2008, p. 69):

O Estado membro do Conselho de Segurança, permanente ou não-permanente, assegura para si uma dupla posição de poder: é, simultaneamente, co-formador da vontade de um grupo que decide sobre as questões fundamentais de paz e segurança internacionais e co-autor da agenda global de segurança. O Estado cujo representante toma assento no Conselho de Segurança detém, pois, ainda que provisoriamente, uma posição de poder e influência privilegiada no cenário internacional.

É por visar uma posição privilegiada no cenário internacional e almejar tais mudanças na arquitetura global que Lula continua defendendo uma reforma no CSNU. Durante visita oficial à Espanha em abril de 2023, Lula disse em coletiva de imprensa:

Vivemos em um mundo em que o Conselho de Segurança da ONU, os membros permanentes, todos eles, são os maiores produtores de armas do mundo, os maiores vendedores de armas do mundo e os maiores participantes de guerras do mundo. Então, eu fico me perguntando, se não cabe a nós, outros países que não somos membros permanentes do Conselho de Segurança, fazer uma mudança na ONU, colocar mais países [no Conselho] (BRASIL..., 2023)

Além de demonstrar insatisfação com a concentração de poder bélico entre os membros permanentes, Lula entende que a atual composição é incompatível com o mundo contemporâneo. No dia anterior, em discurso no Parlamento português, o chefe de Estado disse que o Conselho de Segurança "encontra-se praticamente paralisado", dado que "isso ocorre porque sua composição, determinada ao fim da Segunda Guerra Mundial, 78 anos atrás, não representa a correlação de forças do mundo contemporâneo"(BRASIL..., 2023).

A presença e atuação brasileiras dentro da CPLP certamente colaboram para que haja endosso dos países participantes às candidaturas brasileiras, para além apenas da pretensão a um assento permanente no CSNU. Tal visão é ratificada pelo Embaixador brasileiro Pedro

Fernando Brêtas Bastos, o qual assumiu a chefia da Missão Permanente do Brasil junto à CPLP em agosto de 2019. Em seu relatório de gestão, Bastos afirmou:

Em anos recentes, a Missão do Brasil teve desempenho muito satisfatório na busca de endossos da Comunidade a candidaturas brasileiras em outras organizações internacionais. Destaco muito especialmente os pleitos brasileiros a integrar a Comissão de Direito Internacional (2023-2027), o Conselho de Segurança (2022-2023), o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (2024-2026) e o Conselho Executivo da Organização Mundial do Turismo (2021-2025). Tudo isso veio somar-se ao reiterado apoio da CPLP e de seus membros à pretensão brasileira a vir a ocupar assento permanente no CSNU (BRASIL, 2022, p. 2).

O Embaixador Pedro Fernando exclamou, ainda, que “parece incontroverso que o Brasil é um dos principais beneficiários dos esforços de concertação política no âmbito da CPLP” (BRASIL, 2022, p. 2). O ex-chefe de missão também atribui esse êxito ao relativo peso do país na Comunidade, ao protagonismo empregado na sua criação e aos laços de amizade que unem o Brasil a todos os membros.

Vale ressaltar que tanto a cooperação quanto a concertação política têm sido chave na projeção internacional do Brasil entre estes países. Tal como apontado por Gala (2014), o Brasil converge seus interesses aos objetivos da Comunidade em uma relação mútua de ganhos. O endosso da comunidade lusófona às candidaturas do Brasil que liga-se ao potencial êxito do país nesses foros representaria um aumento de prestígio e poder de influência no sistema internacional, sobretudo nos foros responsáveis por discutir a nova arquitetura global.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece razoável dizer que a CPLP efetivamente alcançou seu objetivo como um fórum multilateral para aprofundar a amizade mútua e a cooperação. Uma vez que a língua é o elemento impulsionador que permitiu a formação da Comunidade, após 27 anos o elemento cultural continua sendo o elo vital que mantém a união e a articulação entre os países-membros. Por outro lado, a cooperação revelou-se como o pilar mais sólido, conferindo sustentação e vitalidade à comunidade, evidenciando-se como um componente essencial para o sucesso e a continuidade das relações em seu âmbito.

Ao analisar a relevância da CPLP na Política Externa Brasileira ao longo das últimas gestões, torna-se evidente que o enfoque principal da PEB não se voltou diretamente aos países de língua portuguesa. A CPLP não se mostrou, por exemplo, mais relevante que os vizinhos do

Mercosul ou que os emergentes do BRICS, ainda que fazer tais comparações não tenha sido um objetivo deste trabalho. No entanto, no que diz respeito à governança, liderança regional e à cooperação sul-sul, a esfera da CPLP mantém sua importância significativa para o país, deixando evidente o interesse estratégico natural do país pela região. Por conseguinte, observou-se uma estabilidade no compromisso brasileiro ao longo dos diferentes governos.

De fato, mesmo em governos nos quais pouca atenção foi dada à cooperação com países em desenvolvimento, houve ações relevantes dentro do foro. Em seu momento de criação, a autonomia pela integração pode ter sido seu fator impulsionador num tempo em que pouca atenção era dada à África; e mesmo em uma gestão de grande rompimento na prática da PEB, como na de Jair Bolsonaro, a Comunidade lusófona e a CPLP lograram momentos de destaque e conquista.

Foi nos governos de Lula e Dilma que a cooperação Sul-Sul teve maior destaque na política externa do País, com maior ênfase no primeiro que no segundo, dado aos cortes orçamentários e crises internas no segundo. Em ambos, contudo, observou-se maior proximidade do Brasil com os países lusófonos, sobretudo os de África. Ainda, foi durante estes governos que se criou uma Missão Diplomática voltada especificamente à CPLP, em 2006, (Gestão Lula) e foi em 2013 (Gestão Dilma) que o Brasil se tornou o maior contribuinte isolado na Comunidade, ultrapassando Portugal.

Notou-se que o Brasil, de fato, conecta seus interesses nacionais aos princípios da organização e projeta seu poder e influência no sistema internacional a partir, principalmente, de sua colaboração em projetos de cooperação técnica para o desenvolvimento. Ao dimensionar suas estratégias com os países em desenvolvimento com a própria situação do país, o Brasil promove o desenvolvimento e a autossustentabilidade nestes países enquanto se credencia internacionalmente como ator relevante no Sul global e preponderante no Atlântico. A obtenção de apoio dos países que recebem cooperação técnica em relação às candidaturas do Brasil em fóruns multilaterais revelou-se um resultado significativo para o país. Através da concertação política, cooperação e promoção da língua portuguesa no contexto da CPLP, o Brasil efetivamente utiliza esses meios para conquistar maior espaço de poder e influência na esfera global. Essa estratégia está alinhada com os objetivos políticos contemporâneos do país e pode representar uma vantagem considerável num futuro próximo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDENUR, Adriana Erthal; SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. O Atlântico Sul e a Cooperação em Defesa entre o Brasil e a África. In: NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi (org.). **O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2014. p. 284.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (Brasil). **A Cooperação com os Países de Língua Portuguesa**. Via ABC, Brasília, p. 1-12, out. 2005. Disponível em: http://www.abc.gov.br/intranet/sistemas_abc/siteabc/documentos/via-abc1.pdf. Acesso em: 28 jul. 2023.

ALVES, Luciana Amaral Teixeira. **A política externa brasileira na Presidência da República de Michel Temer : a influência da crise política interna no primeiro ano e seis meses de governo**. 2018. 36 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

ALMEIDA, Manuel de. Brasil anuncia apoio de um milhão de euros para programa de audiovisual da CPLP. **Observador**, 24 abr. 2023. Disponível em: <https://observador.pt/2023/04/24/brasil-anuncia-apoio-de-um-milhao-de-euros-para-programa-de-audiovisual-da-cplp/>. Acesso em: 20 de Junho de 2023.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, vol. 47, n. 1, p. 162-184, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/3YZj6NWQgZSy6tCC8Hqb75z/>. Acesso em: 01 jun. 2023.

ALVEZ, Fábio Simão. Dança das cadeiras: a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Juca. Brasília, ano 2. n.2, p. 78-64. 2008. p. 69.

ANNUAL REPORT OF THE SECRETARY-GENERAL ON THE WORK OF THE ORGANIZATION. In: UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **In Larger Freedom: Towards Development, Security and Human Rights for All**. Capítulo 2, parágrafo 49. Nova York, 21 mar. 2005. Disponível em: <http://www.un.org/largerfreedom/contents.htm>. Acesso em: 02 jun. 2023.

Aprovado Acordo de Mobilidade Entre Países de Língua Portuguesa Fonte: Agência Senado. Brasília, 17 fev. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/02/17/aprovado-acordo-de-mobilidade-entre-paises-de-lingua-portuguesa>. Acesso em: 27 jul. 2023.

Brasil anuncia apoio de um milhão de euros para programa de audiovisual da CPLP. Público, Porto, 25 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.publico.pt/2023/04/25/culturaipsilon/noticia/brasil-anuncia-apoio-milhao-euros-programa-audiovisual-cplp-2047384> . Acesso em: 27 de julho de 2023.

BRASIL. Presidente (2023-2026: Luís Inácio Lula da Silva). **Discurso por ocasião de visita oficial à Espanha**. Madri, 26 abr. 2023. 3 f. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/em-discurso-na-espanha-lula-faz-acenos-a-china-e-pede-criacao-de-g20-da-paz-contra-guerras/>. Acesso em: 27 jul. 2023.

BRASIL. Presidente (2023-2026: Luís Inácio Lula da Silva). **Discurso por ocasião de visita ao Parlamento Português**. Lisboa, 25 abr. 2023. 3 f. Disponível em: <https://istoedinheiro.com.br/por-que-lula-pleiteia-reforma-do-conselho-de-seguranca-da-onu/>. Acesso em: 27 jul. 2023.

BRASIL. Senado Federal. Missão do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. **Relatório de Gestão (2018 - 2021)**. Brasília: Senado Federal, 2022. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3692236&disposition=inline>. Acesso em: 17 maio 2023.

BRIGIDO, Eveline Vieira. **O Brasil e a reforma do Conselho de Segurança da ONU : estratégias da diplomacia brasileira para a obtenção de um assento permanente**. 2010. 265 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/22990>. Acesso em: 25 jul. 2023.

CERVO, Amado. A política exterior: de Cardoso a Lula. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 46, n° 1, p. 5-11, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/V9B8PXjHcwK96pN6tQSKLCv/?lang=pt>. Acesso em: 03 jun. 2023.

CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011–2014). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, p. 133-151, nov. 2014.

COELIN, Saulo Arantes. O Brasil na CPLP. Uma modalidade de cooperação Sul-Sul. **Ministério das relações exteriores**. 2008. Disponível em: <http://dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/CPLP-Port-4.pdf>. Acesso em 13 de junho de 2023.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP). CPLP. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Disponível em: <http://www.cplp.org/>. Acesso em: 02 abr. 2023.

Cooperação Sul-Sul é elemento chave para atingir agenda 2030 - Jorge Chediek. EXPRESSO DAS ILHAS. 24 de out de 2019. Disponível em: <https://expressodasilhas.cv/mundo/2019/10/24/cooperacao-sul-sul-e-elemento-chave-para-atingir-agenda-2030-jorge-chediek/66283>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

GALA, Irene. Os Pilares de atuação da CPLP e os interesses do Brasil. **Ministério das Relações Exteriores**, 2014. Disponível em: <http://dc.itamaraty.gov.br/imagens--e-textos/CPLP-Port-3.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2023.

GIMENEZ, Jessica Silva Tinoco. Um outro olhar sobre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): Construindo a superação, transformando em cooperação. **Revista Ars Historica**, ISSN 2178-244X, nº16, Jan/Jun 2018, p. 172-192. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ars/article/view/46501>. Acesso em 15 de junho de 2023.

HIRST, Monica. Aspectos conceituais e práticos da atuação do Brasil em cooperação Sul-Sul: Os casos de Haiti, Bolívia e Guiné Bissau. **Texto para Discussão, nº 1687. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, Brasília, 2012.

HIRST, Monica; MACIEL, Tadeu. A POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL NOS TEMPOS DO GOVERNO BOLSONARO. 2022. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/download/4771/9230/9673>. Acesso em: 3 de junho de 2023.

IGLESIAS PUENTE, Carlos Alfonso. A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento da política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento - CTPD - no período 1995-2005. 2007. 173 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - **Universidade de Brasília**, Brasília, 2007. Disponível em: <link para acesso à tese>. Acesso em: 27 de abril de 2023.

LOPES, Luís Henrique Sobreira; MELLO, Fernando Figueira de; KALLÁS, Maria Lima (organizadores). A Presidência Brasileira da CPLP (2016-2018), Textos e Documentos. Brasília: **FUNAG - Fundação Alexandre de Gusmão**, 2018. Disponível em: https://funag.gov.br/loja-nova/produto/1-515-presidencia_brasileira_da_cplp_2016_2018_a_textos_e_documentos. Acesso em: 04 jun. 2023.

MILANI, Carlos R. S.. APRENDENDO COM A HISTÓRIA: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul. **Caderno Crh**, Salvador, p. 211-231, ago. 2012.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. A CPLP. In: Missão do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/delbrasceplp/a-cplp-1>. Acesso em: 17 mai. 2023.

MIYAMOTO, Shiguenoli. O Brasil e a comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, vol. 52, n. 2, p. 22-42, 2009. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/6pF5wqJxRJsfTQXhLmdLgJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 mai. 2023.

MOTA, Mariana Villares Pires Cerqueira da. Brasil, Portugal e a CPLP: Possíveis estratégias internacionais no século XXI. 2009. 174 f. Tese (Mestrado em Ciência Política) – **Universidade de São Paulo**. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-10022010-174615/publico/MARIANA_VILLARES_CERQUEIRA_MOTA.pdf. Acesso em 15 de junho de 2023.

OLIVEIRA, Caio Augusto. A CPLP como instrumento de política externa brasileira e de desenvolvimento para os PALOP. **Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional**, Porto Alegre, v. 30, n. 1, p. 173-186, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/perspectiva/article/viewFile/29943/17706>. Acesso em: 02 abr. 2023.

OLIVEIRA NETO, João Batista de. **A Política Externa Brasileira de Lula (2007-2010) e de Dilma (2011- 2014): Da Ascensão ao Declínio Internacional**. 2016. 27 f. - Curso de Especialização em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/19232>. Acesso em: 26 jul. 2023.

ONU NEWS. **População dos países lusófonos mais do que duplicou nos últimos 50 anos**. Data de publicação: 11/04/2019. Disponível em: <População dos países lusófonos mais do que duplicou nos últimos 50 anos | ONU News>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

PEDRO RAFAEL VILELA. **Presidente recebe líderes estrangeiros em celebração do Bicentenário**: governantes de Portugal, Cabo Verde e Guiné-Bissau visitam o Brasil. **Agência Brasil**. Brasília, p. 1-1. 06 set. 2022.

RIZZI, Kamilla Raquel. **O Grande Brasil e os Pequenos PALOP: a política externa brasileira para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe**. Porto Alegre: Leitura XXI/CEBRAFRICA, 2014. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/ipri/btd/index.php/9-teses/4198-o-grande-brasil-e-os-pequenos-palop-a-politica-externa-brasileira-para-cabo-verde-guine-bissau-e-sao-tome-e-principe-1974-2010>. Acesso em: 20 de Junho de 2023.

RIZZI, Kamilla Raquel; SILVA, Isabella Cruzichi da. A CPLP como mecanismo de atuação do Brasil no Atlântico Sul: a ampliação da cooperação, os desafios e a possibilidade de liderança. 2017. Data de acesso: 20 de junho de 2023.

ROSA, Hélder Lukeny Bravo da. Importância do Brasil na CPLP. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <www.revistaintellektor.cenegri.org>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

SANTOS, Juliana Soares. CPLP: Gênese e Instituições. In: SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): Solidariedade e Ação Política**. Brasília: IBRI, 2001. p. 17-43.

SIERRA, Jerónimo Ríos. "La inexistente respuesta regional a la COVID-19 en América Latina". Geopolítica(s) - **Revista de estudios sobre espacio y poder, Universidad Complutense de Madrid**, v. 11, p. 209-222, 2020.

SENADO NOTÍCIAS (Brasil). Aprovada indicação de diplomata para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Fonte: **Agência Senado. Senado Notícias**. Brasília, p. 1-1. jun. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/06/18/aprovada-indicacao-de-diplomata-para-a-comunidade-dos-paises-de-lingua-portuguesa>. Acesso em: 27 de julho de 2023.

VIGEVANI, Túlio; DE OLIVEIRA, Marcelo; CINTRA, Rodrigo. Política externa no período FHC: a busca da autonomia pela integração. **Tempo Social**, USP, São Paulo, novembro de 2003.

VISENTINI, Paulo Fagundes. O Brasil de Lula: uma diplomacia global e afirmativa (2003-2010). Austral: **Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v.1, n.1, Jan-Jun 2012.